



# POLÍTICAS PÚBLICAS E IDENTIDADE NACIONAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA HOMOGENEIZAÇÃO TERRITORIAL NO BRASIL

**Liliane Lencina dos Santos**

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS) campus Cerro Largo, RS e bolsista do CNPq. E-mail: [liliane.santos@estudante.ufffs.edu.br](mailto:liliane.santos@estudante.ufffs.edu.br)

**Ivann Carlos Lago**

Professor Associado Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) campus Cerro Largo, RS.  
[ivann@ufffs.edu.br](mailto:ivann@ufffs.edu.br)

## 1. Introdução

Este texto apresenta o relato do projeto de Tese de Doutorado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Cerro Largo, RS. A pesquisa, em nível de doutorado, propõe-se a analisar criticamente os processos de construção da identidade nacional brasileira a partir das diretrizes das políticas públicas nacionais, com foco na forma como a homogeneização territorial tem contribuído para a manutenção de desigualdades socioeconômicas e espaciais no país.

O objetivo central da investigação é compreender como as políticas públicas nacionais, ao operarem sob uma lógica de padronização simbólica e territorial, reforçam uma identidade nacional homogênea em detrimento da diversidade social e cultural que caracteriza o Brasil. A pesquisa parte do pressuposto de que essa homogeneização não é apenas um reflexo de estratégias administrativas, mas uma prática política que sustenta e legitima estruturas históricas de exclusão, centralização do poder e marginalização de identidades periféricas.

A relevância deste estudo reside na sua capacidade de contribuir com o debate crítico sobre a cidadania no Brasil, revelando como as práticas estatais influenciam a percepção de pertencimento, representação e acesso a direitos em diferentes regiões e grupos sociais. Ao problematizar a construção simbólica da identidade nacional e sua relação com o território, esta pesquisa busca fomentar reflexões sobre caminhos para políticas públicas mais inclusivas, que reconheçam a pluralidade do país e contribuam



efetivamente para a superação das desigualdades estruturais.

## 2. Metodologia

A metodologia adotada nesta pesquisa baseia-se em uma abordagem qualitativa, com foco na análise documental de fontes institucionais e históricas. Essa escolha metodológica se justifica pela natureza do objeto de estudo, a construção simbólica da identidade nacional e sua relação com as políticas públicas e as desigualdades territoriais, que exige uma compreensão aprofundada dos significados, discursos e práticas envolvidos no processo.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), o estudo documental permite a análise sistemática de materiais produzidos fora do contexto acadêmico, como legislações, planos de governo, discursos públicos e registros institucionais, os quais oferecem subsídios relevantes para a interpretação de fenômenos sociais. Já Minayo (2001) destaca que a pesquisa qualitativa é especialmente eficaz na investigação de representações sociais, práticas simbólicas e sentidos atribuídos pelos sujeitos em seus contextos históricos e culturais.

Dessa forma, a metodologia adotada permitirá compreender como a homogeneização territorial e simbólica promovida pelas políticas públicas contribui para a reprodução de uma identidade nacional dominante, ao mesmo tempo em que silencia a diversidade social e cultural existente no país.

## 3. A identidade nacional como construção política e ideológica

A identidade nacional, enquanto conceito forjado historicamente, revela-se como um campo fértil para compreender as relações de poder que moldam o imaginário coletivo e a organização do Estado. Este texto apresenta uma reflexão inicial baseada em dados preliminares da tese em desenvolvimento, com o objetivo de identificar os principais conceitos teóricos que sustentam a construção simbólica da nação. A análise parte do pressuposto de que a identidade nacional é menos uma essência cultural compartilhada e mais uma construção social e política, atravessada por disputas ideológicas, processos de exclusão e estratégias de legitimação do poder.

Segundo Anderson (2008), a nação deve ser compreendida como uma



“comunidade imaginada”, sustentada por símbolos, narrativas e práticas institucionais que forjam um sentimento de pertencimento entre indivíduos que jamais se encontrarão. Essa construção simbólica é reforçada por mecanismos como a escolarização e os meios de comunicação de massa, que disseminam versões seletivas da história e da cultura nacional. Complementando essa abordagem, Hobsbawm (1995) argumenta que muitas das tradições consideradas fundadoras da nacionalidade são, na verdade, invenções recentes utilizadas para legitimar estruturas políticas e identidades dominantes. Geertz (1989), por sua vez, destaca a função da cultura como um sistema simbólico que organiza sentidos e orienta o comportamento social, papel central na coesão nacional.

A pluralidade étnica, cultural e regional brasileira, apesar de ser constitutiva da formação nacional, tem sido frequentemente silenciada. Darcy Ribeiro (1995) denuncia a marginalização dos povos indígenas, africanos e mestiços nos discursos oficiais, apontando que o Brasil resulta da confluência de múltiplas civilizações. Milton Santos (2006), ao tratar do território como construção política, observa que o espaço brasileiro é desigual e heterogêneo, exigindo políticas públicas que reconheçam tais especificidades. Freyre (2001), embora reconheça a mestiçagem como base da identidade nacional, também destaca como essa diversidade foi manipulada pelas elites para construir um imaginário homogêneo e excluente.

Esse processo de exclusão simbólica é reforçado por uma cultura política autoritária que limita a pluralidade e a participação democrática. Para Jessé Souza (2009), o Brasil oficial, forjado pelas elites, se distancia do Brasil real, onde vivem os segmentos marginalizados da população. Freire (1987) critica a reprodução dessa exclusão pela educação bancária, defendendo práticas pedagógicas emancipadoras que valorizem os saberes populares. Na mesma linha, Boaventura de Sousa Santos (2002) propõe a epistemologia do Sul como estratégia para reconhecer os saberes subalternos e desafiar o monopólio epistemológico da elite, apontando para uma construção mais democrática da identidade nacional.

O projeto nacional brasileiro tem se orientado por uma lógica de homogeneização cultural e centralização do desenvolvimento, desconsiderando as especificidades locais. Coutinho (2000) e Furtado (2000) argumentam que os modelos de desenvolvimento adotados favoreceram o Sudeste em detrimento de outras regiões, aprofundando



desigualdades históricas. Para Sen (2010), o verdadeiro desenvolvimento deve ampliar as liberdades e capacidades das pessoas, o que exige políticas que respeitem a diversidade e promovam a equidade social e territorial. Essa crítica revela como o modelo homogêneo de identidade nacional contribui para a exclusão social e política de amplas parcelas da população.

Em suma, a construção da identidade nacional brasileira é marcada por processos históricos de exclusão, silenciamento e controle simbólico, operados por elites que moldam discursos, tradições e instituições segundo seus interesses. Os conceitos explorados nesta análise preliminar evidenciam a necessidade de desconstruir as representações homogêneas da nação e repensar a identidade nacional a partir de uma perspectiva crítica, plural e democrática.

#### 4. Considerações finais

Este estudo encontra-se em fase inicial e, portanto, ainda carece de aprofundamento teórico, ampliação das leituras e desenvolvimento das análises empíricas para que se possam formular conclusões mais consistentes e abrangentes. Até o momento, a pesquisa tem se concentrado na revisão crítica da literatura e na construção de um referencial teórico que permita compreender as relações entre identidade nacional, políticas públicas regionais e desigualdades socioespaciais no Brasil.

Os próximos passos incluem a sistematização de fontes documentais, tanto digitais quanto físicas, e a aplicação de uma análise qualitativa mais detalhada que permita interpretar os significados simbólicos e políticos presentes nas políticas públicas ao longo do tempo. Espera-se, com isso, contribuir para uma reflexão crítica sobre os limites do projeto nacional brasileiro e para o debate em torno da justiça territorial e da valorização da diversidade regional.

Dessa forma, este trabalho se configura como um ponto de partida investigativo, aberto a revisões e novas problematizações, na busca por compreender de maneira mais aprofundada os desafios para a construção de uma cidadania plena e inclusiva no território nacional.



## Referência

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARÊNDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro.** São Paulo: Perspectiva, 1990.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Democracia e socialismo.** São Paulo: Cortez, 2000.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** São Paulo: Globo, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HOBESBAWM, Eric. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** São Paulo: Hucitec, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte: UFMG, 2009.